

Medidas mudam, a pedido de políticos.

Depois de vários adiamentos, o presidente Sarney anuncia hoje o novo pacote, que sofreu mudanças a pedido dos políticos. Mas o Congresso tem pouco tempo para votar.



O pacote econômico deverá ser finalmente anunciado hoje, às 10 horas, pelo presidente José Sarney por meio de uma cadeia nacional de rádio e televisão. A divulgação das medidas, previstas inicialmente para ontem à tarde, acabou adiada porque Sarney decidiu acolher sugestões apresentadas por deputados e senadores. Por sua vez, os presidentes do PMDB e do PFL, Ulysses Guimarães e Jorge Bornhausen, já advertiram o Planalto de que existe muito pouco tempo para a aprovação das medidas, pois o Congresso entra em recesso no dia 5 de dezembro.

Os principais reparos feitos pelos parlamentares ao texto original do pacote diziam respeito à fixação de um prazo de 120 dias para a devolução do Imposto de Renda retido na fonte este ano, e à pretensão da União em trocar receitas provenientes do Imposto de Renda pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o que reduzirá as transferências à conta dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios.

O anúncio das medidas será feito às 10 horas de hoje, pelo presidente José Sarney, depois que os técnicos do Ministério da Fazenda refizerem os cálculos da receita que se pretende para o Tesouro em 1986, já tendo incorporado as sugestões dos congressistas. "Desde o início, disse o ministro Dilson Funaro, nós deixamos claro que ouviríamos o Congresso antes de enviar as modificações. E hoje (ontem), nós recebemos duas sugestões que julgamos importantes, e por isto resolvemos adiar o anúncio para incorporar as duas sugestões, com a anuência do presidente José Sarney."

Dilson Funaro deixou claro que, entre as medidas que serão enviadas hoje ao Congresso, não há nenhuma modificação na área fiscal que possa perturbar o comportamento das Bolsas de Valores. O mercado de opções terá uma taxação de 0,5% no prêmio e de mais 0,5% quando efetivamente ocorrer a opção de compra.

Quanto ao Imposto de Renda — disse Funaro — eu nunca apresentaria qualquer proposta que não fosse no sentido de reduzir o recolhimento na fonte para o assalariado. A proposta do Congresso corrige uma distorção que tinha no projeto do governo, e nós resolvemos devolver a parcela correspondente a 10 ORTNs retida na fonte este ano em 120 dias, o que corresponde a cerca de 70% do total das devoluções. A partir de 10 ORTNs, as devoluções serão parceladas, podendo ser 15 em 87, 20 em 88, e assim por diante (veja matéria à esquerda).

Funaro disse que os congressistas concordaram em que seria mais justo aprovar, logo, uma redução no Imposto de Renda retido na fonte, e parcelar as devoluções que já foi retido este ano de maneira progressiva. Ele explicou, também, que as propostas do governo com relação ao imposto pago pelas empresas não são no sentido de aumentar alíquotas, mas no de antecipar os prazos de recolhimento, o que só abrange um universo de 3.800 empresas. "Em contrapartida", diz o ministro, "elas estarão levando vantagem com o crescimento, que reduz as despesas de custos fixos e aumenta a escala, não tornando necessário o repasse nos produtos deste novo encargo".

O ministro da Fazenda calcula que, somente com a redução nos juros no mercado interno, o governo terá no ano que vem uma economia de Cr\$ 35 trilhões com a rolagem da dívida. Segundo ele, o déficit público deverá cair de 2,5% do PIB para 0,5%.

O presidente José Sarney — lembrou Funaro — tem sempre insistido em que a Nação tem de enfrentar os déficits, e a herança que recebemos foi muito grande. Mas devemos fechar os anos seguintes com um orçamento equilibrado. Mas, desde o nosso primeiro contato com o FMI, nós deixamos claro que o corte do déficit iria ser feito por nós, porque nós queríamos, e não precisávamos de nenhum tipo de acordo com o Fundo. Este também foi o tema de minha última conversa com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker. Decidrei a nossa posição de respeito às instituições internacionais, mas demonstrando que temos total capacidade de controlar os nossos déficits interno e externo.

Surpresa

Coube ao porta-voz da presidência, Fernando César Mesquita, comunicar aos jornalistas concentrados em frente ao gabinete do presidente Sarney, às 15h15, o adiamento do pacote fiscal. A decisão pegou a todos de surpresa, inclusive as emissoras de televisão — mesmo a oficial, que já havia montado toda a aparelhagem para transmissão ao vivo da fala presidencial, anuncianto as medidas econômicas previstas para 1986.

No momento em que Mesquita falava com os jornalistas, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, era recebido por Sarney. "O ministro — anunciou o porta-voz — recebeu algumas sugestões de senadores e deputados e vai atender a algumas delas." Segundo ele, o presidente estava convencido de que as modificações sugeridas precisavam ficar "bem amarradas", não se precipitando para anunciar-as já à noite.

Pouco tempo

Os presidentes do PMDB e do PFL, Ulysses Guimarães e Jorge Bornhausen, manifestaram ontem ao presidente Sarney, pelo telefone, sua preocupação com a possibilidade de aprovação, até 4 de dezembro, do pacote econômico. Os dois reuniram-se no gabinete do presidente da Câmara por volta de 17 horas, quando falaram pelo telefone com o presidente Sarney. Este confirmou-lhes que havia adiado para hoje a remessa dos projetos ao Congresso.

Ao sair do encontro, o senador Jorge Bornhausen disse que Sarney está perfeitamente intelectado das dificuldades que o governo poderá enfrentar na tramitação do "pacote" no Congresso e satisfeito pela boa receptividade das medidas junto às bancadas do PFL e do PMDB. O presidente do PFL disse não saber se o presidente Sarney poderá usar o decreto-lei para colocar em vigor as medidas, caso o Congresso não aprove o pacote até 4 de dezembro. Ele reafirmou, contudo, que a convocação extraordinária da Câmara e do Senado durante o recesso parlamentar não figura nos planos do governo e da Aliança Democrática.

"Vamos aguardar para ver o que vai acontecer" — afirmou o presidente do PFL, sem querer analisar as chances de aprovação rápida da matéria no Congresso e as consequências de um eventual adiamento de sua votação para o ano que vem.